

## **Extradição**

### **EXT1074**

Tema: Extradição

Julgamento: 08 de março de 2007

Publicação: 22 de março de 2007

Ementa: Pedido de prisão cautelar e extradição de Mike Buttner, pelo Governo da República Federal da Alemanha. Persecução penal por diversos delitos de fraude na Alemanha. Inexistência de tratado de extradição entre Brasil e República Federal da Alemanha. Promessa de reciprocidade de tratamento ao Brasil. Mandado de prisão expedido.

### **EXT1008**

Tema: Extradição

Julgamento: 21 de março de 2007

Publicação: 17 de agosto de 2007

Ementa: Extradição: Colômbia: crimes relacionados à participação do extraditando - então sacerdote da Igreja Católica - em ação militar das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Questão de ordem. Reconhecimento do status de refugiado do extraditando, por decisão do comitê nacional para refugiados - CONARE: pertinência temática entre a motivação do deferimento do refúgio e o objeto do pedido de extradição: aplicação da Lei 9.474/97, art. 33 (Estatuto do Refugiado). Pedido de extradição não conhecido, extinto o processo, sem julgamento do mérito e determinada a soltura do extraditando.

### **EXT 998**

Tema: Extradição

Julgamento: 22 de março de 2007

Publicação: 13 de abril de 2007

Ementa: Condições de admissibilidade. Inexistência de tratado bilateral. Promessa de reciprocidade em condições de ser cumprida. Competência exclusiva da justiça brasileira. Inexistência. Processo no Brasil. Fatos diversos. Família no Brasil. Súmula 421. Pedido deferido.

### **EXT 999**

Tema: Extradução

Julgamento: 17 de maio de 2007

Publicação: 26 de junho de 2007

Ementa: Condições de admissibilidade. Inexistência de tratado bilateral com a República Federal da Alemanha. Promessa de reciprocidade em condições de ser cumprida. Competência exclusiva da justiça brasileira. Inexistência. Processo no Brasil. Fatos diversos. Pedido Deferido.

### **EXT 1077**

Tema: Extradução

Julgamento: 20 de junho 2007

Publicação: 03 de agosto de 2007

Ementa: Extradução instrutória. Prisão preventiva decretada pela justiça Alemã. Pedido formulado com promessa de reciprocidade. Atendimento aos requisitos da lei n. 6815/80. Extraditando investigado pelos crimes de receptação e lavagem de dinheiro: dupla tipicidade atendida. Extraditando com família constituída no Brasil: aplicação da súmula 421 do Supremo Tribunal Federal. Extradução deferida.

*Observação:* atende o disposto no art. 78, inc. I, da Lei n. 6.815/80 e com o princípio de direito penal internacional da territorialidade da lei penal. A constituição de família no Brasil não impede o deferimento da extradicação.

### **EXT 1039**

Tema: Extradução – suposta prática do delito de lavagem de dinheiro (inexistência de tratado de extradicação entre Brasil e Alemanha).

Julgamento: 21 de junho de 2007

Publicação: 23 de novembro de 2007

Ementa: Extradicação passiva de caráter instrutório. Suposta prática do delito de lavagem de dinheiro. Inexistência de tratado de extradicação entre o Brasil e a República Federal da Alemanha. Promessa de Reciprocidade. Fundamento jurídico suficiente. Necessidade de respeito aos direitos básicos do súdito estrangeiro. Extradicação deferida. Inexistência de tratado de extradicação e oferecimento de promessa de reciprocidade por parte do Estado requerente.

### **EXT 1063**

Tema: Extradução

Julgamento: 09 de agosto de 2007

Publicação: 06 de setembro de 2007

Ementa: Extradução: Uruguai: admissibilidade: a ausência de processo contra o extraditando no Uruguai não constitui óbice ao deferimento da extradução, conforme a jurisprudência do Tribunal (Ext. 873, Pertence, DJ 05.03.2004), que se aplica ao Tratado de Extradução hoje em vigor, firmado entre os Estados Partes do MERCOSUL (DL 4.657/42, art. 2º, § 1º). Extradução: inviabilidade, quanto aos delitos de associação criminosa e lavagem de ativos, dado que o Extraditando responde a processo no Brasil pelos mesmos fatos. Decisão do tribunal por unanimidade: indeferido pedido extraducional.

### **EXT 960 – Confederação Helvética**

Tema: Extradução

Julgamento: 03 de setembro de 2007

Publicação: 10 de setembro de 2007

Ementa: Prisão domiciliar em território brasileiro de cidadão suíço que possui também nacionalidade brasileira. Família brasileira. Pedido de Extradução.

### **EXT 1047**

Tema: Extradução

Julgamento: 10 de outubro de 2007

Publicação: 14 de novembro de 2007

Ementa: Fundada na promessa de reciprocidade, ante a inexistência de tratado entre o Brasil e o Líbano. Incerteza, quanto ao cumprimento promessa, gerada pelo texto do artigo 30 do Código Penal Libanês, segundo o qual “ninguém pode ser entregue a um Estado estrangeiro fora dos casos estabelecidos pelas disposições do presente código, se não é por aplicação de um tratado tendo força de lei”. 2. Hipótese em que a Missão Diplomática Libanesa, instada a esclarecer o alcance do preceito, permaneceu inerte. Decisão do tribunal: extradução indeferida.

## **Prisão Preventiva para Extradição**

### **PPE 588**

Tema: Prisão Preventiva para Extradição - Panamá

Julgamento: 22 de maio de 2007

Publicação: 28 de maio de 2007

Ementa: Trata-se de pedido de revogação da prisão preventiva para fins de extradição deduzido por Eduardo Nunes de Souza em favor de FREDDY EUSEBIO RINCÓN VALENCIA, a qual foi decretada, a pedido do Governo panamenho, em 7/5/2007. Indeferimento do pedido de revogação.

## **Ação Cível Originária**

### **ACO – AgR. 645 – SP**

Tema: Execução fiscal de Estado Estrangeiro (França). Imunidade de Jurisdição

Julgamento: 11 de abril de 2007

Publicação: 17 de agosto de 2007

Ementa: Ação Cível Originária. 2. Execução Fiscal contra Estado estrangeiro. Imunidade de jurisdição. Precedentes. 3. Agravo regimental a que se nega provimento.

### **ACO 673**

Tema: Ação civil originária – execução fiscal

Julgamento: 09 de abril de 2007

Publicação: 16 de abril de 2007

Ementa: Execução fiscal de dívida ativa. Imunidade de Estado Estrangeiro. Precedente. Negativa de seguimento.

### **ACO 973**

Tema: Ação civil originária – execução fiscal

Julgamento: 18 de maio de 2007

Publicação: 25 de maio de 2007

Ementa: Execução fiscal de dívida ativa ajuizada pela União, contra a Embaixada dos Estados Unidos da América. Inviabilidade. Imunidade do Estado estrangeiro em

processo de execução, tendo em consideração as Convenções de Viena de 1961 e 1963.  
Pedido indeferido.

### **Ação Cível Originária – Agravo**

#### **ACO- AgR 633 – SP**

Tema: Execução fiscal promovida pela União contra Estado Estrangeiro.

Julgamento: 11 de abril de 2007

Publicação: 22 de junho de 2007

Ementa: Execução fiscal de Estado Estrangeiro (Coréia). Litígio entre o Estado brasileiro e Estado estrangeiro: observância da imunidade de jurisdição, tendo em consideração as Convenções de Viena de 1961 e 1963. Agravo não provido.

*Observação:* A execução fiscal contra a República da Coréia. A defesa da imunidade de jurisdição tem como fundamento jurídico convenção internacional. Entretanto, com base na teoria, legitima-se a imunidade jurisdicional relativa com plena submissão do Estado estrangeiro à jurisdição doméstica, ao poder judiciário nacional.

### **Mandado de Segurança**

#### **MS 26600**

Tema: Medida Cautelar do Mandado de Segurança - Suspensão da tramitação no Congresso do projeto de resolução nº03 de 2007 – Mercosul

Julgamento: 04 de maio de 2007.

Publicação: 10 de maio de 2007.

Ementa: Mandado de segurança. Ausência dos requisitos previstos no art. 7º, II, da Lei nº 1.533/51. Liminar indeferida. Pedido de informações.

#### **MS 26664**

Tema: Mandado de Segurança – Petrobrás versus Bolívia

Julgamento: 16 de junho de 2007

Publicação: 26 de junho de 2007

Ementa: Mandado de segurança. Liminar. Negócios jurídicos. Petrobrás versus Bolívia. Suspensão liminar. Improriedade. Indeferimento.

## *Habeas Corpus*

### **HC 88420**

Tema: Habeas Corpus. Duplo grau de jurisdição garantido por tratado internacional. Convenção Interamericana de Direitos Humanos.

Julgamento: 17 de abril de 2007

Publicação: 08 de junho de 2007

Ementa: HABEAS CORPUS. Processo penal. Sentença condenatória. Recurso de apelação. Processamento. Possibilidade. Desnecessidade de recolhimento do réu à prisão. Decreto de custódia cautelar não prejudicado. Prisão preventiva subsistente enquanto perdurarem os motivos que a motivaram. Ordem concedida.

### **HC 92566**

Tema: Habeas Corpus

Julgamento: 09 de outubro de 2007

Publicação: 16 de outubro de 2007

Ementa: Decisão depositário infiel. Prisão. Controvérsia sobre o alcance do Pacto de São José da Costa Rica. Relevância da matéria. Liminar deferida.

### **HC 87219**

Tema: Habeas Corpus

Julgamento: 14 de junho de 2006

Publicação: 04 de agosto de 2006

Ementa: 1. EXTRADIÇÃO. Passiva. Admissibilidade. Extraditando. Brasileiro naturalizado. Naturalização posterior aos fatos que, como crimes comuns, motivaram o pedido. Aplicação do art. 5º, LI, da CF, e art. 77, I, da Lei nº 6.815/80. Pode ser extraditado o brasileiro naturalizado que adquiriu a nacionalidade após a prática do crime comum que fundamenta o pedido de extradição. 2. EXTRADIÇÃO. Passiva. Pedido formulado pelo Governo Austríaco. Falta de tratado específico. Irrelevância. Promessa formalizada de reciprocidade. Processo válido. HC denegado. Aplicação do art. 76 da Lei nº 6.815/80. Precedentes. Sem tratado específico, poderá ser concedida extradição quando o governo requerente prometer ao Brasil a reciprocidade.

## **Medida Cautelar no *Habeas Corpus***

### **HC 90751**

Tema: Medida Cautelar no Habeas Corpus

Julgamento: 08 de março de 2007

Publicação: 26 de março de 2007

Ementa: Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos. Convenção Americana sobre Direitos Humanos - Pacto de San José da Costa Rica. Art. 5o, inciso LXVII, da Constituição. Prisão civil do depositário infiel. (Para maiores informações: <http://www.stf.gov.br/portal/jurisprudencia>)

### **HC 92817**

Tema: Medida Cautelar no Habeas Corpus

Julgamento: 24 de outubro de 2007

Publicação: 05 de novembro de 2007

Ementa: "Habeas corpus. Depósito judicial. Infidelidade. Prisão civil." Constituição Federal artigos 1º, III e 5º, § 3º. Equivalência à emenda constitucional aos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos, quando aprovados, por ambas as Casas do Congresso observado o quorum de três quintos. (Para maiores informações: <http://www.stf.gov.br/portal/jurisprudencia>)

## **Recurso Extraordinário**

### **RE 538541**

Tema: Recurso Extraordinário

Julgamento: 22 de maio de 2007

Publicação: 22 de junho de 2007

Ementa: Discute-se no presente recurso extraordinário a competência para processar e julgar os crimes praticados contra a organização do trabalho [artigo 149 do CP]. A União ratificou convenções e tratados internacionais que têm por objetivo reprimir e erradicar o trabalho escravo, bem assim que a prática do crime aludido viola também a Previdência Social. (Para maiores informações: <http://www.stf.gov.br/portal/jurisprudencia>)

## **RE 351181**

Tema: Recurso Extraordinário

Julgamento: 30 de outubro de 2007

Publicação: 27 de novembro de 2007

Ementa: Isonomia tributária entre mercadoria importada, proveniente de país signatário do GATT, e o similar nacional. 2. A controvérsia pertinente à concessão, ou não, de isenção do ICMS à mercadoria importada de país signatário do GATT - Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, em face da existência de benefício concedido a produto similar nacional. Fixou-se o entendimento no sentido de que a isenção de ICMS concedida pelo GATT foi recepcionada pela Constituição do Brasil, eis que o preceito do artigo 151, III, da CB/88, não se aplica às hipóteses em que a União atua como sujeito de direito na ordem internacional. Nego seguimento ao recurso, com fundamento no disposto no artigo 21, § 1º do RISTF. Publique-se. Brasília, 30 de outubro de 2007. Ministro Eros Grau – Relator.

## **Suspensão de Segurança**

### **SS 3102**

Tema: Suspensão de Segurança

Julgamento: 02 de maio de 2007

Publicação: 10 de maio de 2007

Ementa: Projeto de Educação do Estado da Bahia. Empréstimo firmado com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD. Resolução nº 16/2003 do Senado Federal. (Para maiores informações: <http://www.stf.gov.br/portal/jurisprudencia>)

## **Ação Direta de Inconstitucionalidade**

### **ADI 2456**

Tema: Ação Direta de Inconstitucionalidade

Julgamento: 31 de outubro de 2007



Publicação: 12 de novembro de 2007

Ementa: Decisão do Decreto N. 3.658/2000, que dispõe sobre imposto de exportação sobre armas e munições, revogado pelo Decreto N. 3.852/2001. perda superveniente de objeto. Ação Direta De Inconstitucionalidade arquivada.